26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

COMUNIDADES INDÍGENAS COCRIANDO CONHECIMENTO ABERTO NA AMAZÔNIA

INDIGENOUS COMMUNITIES CO-CREATING OPEN KNOWLEDGE IN THE AMAZON

Ana Cristina Gomes Santos – Universidade Federal Rural da Amazônia/(UFRA)
Letícia Lima de Sousa – Universidade Federal Rural da Amazônia/(UFRA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As discussões contemporâneas sobre Ciência Aberta evidenciam a necessidade de ampliar a participação de grupos historicamente sub-representados na produção, circulação e validação do conhecimento. Nesse contexto, este estudo investiga como práticas institucionais e ações de extensão em bibliotecas universitárias favorecem a mediação intercultural e a valorização dos saberes indígenas no ambiente acadêmico. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-exploratória, fundamentada no estudo de caso coletivo e instrumental, tendo como objeto as atividades de protagonismo indígena realizadas na V Semana do Livro e da Biblioteca da Universidade Federal Rural da Amazônia. Os procedimentos envolveram triangulação por meio de pesquisa bibliográfica, documental e observação direta, com análise de conteúdo dos dados. A interpretação organizou-se em dois eixos: oralidade e atos comunicativos de resistência; e cultura material como fonte informacional decolonial. Os resultados indicam que a presença de comunidades das etnias Aruã, Arawá, Tembé, Galibi Marworno e Tupinambá, associada à exposição de seus artesanatos, ampliou a visibilidade de grafismos, artefatos e da oralidade como expressões legítimas de memória, identidade e saberes. Observou-se que a biblioteca atuou como espaço de mediação eficaz, promovendo o diálogo entre a academia e os saberes tradicionais em consonância com a Ciência Aberta, a justiça cognitiva e a igualdade étnico-racial. Conclui-se que tais iniciativas fortalecem práticas informacionais inclusivas e contribuem para a preservação ancestral. Recomenda-se a expansão de pesquisas teórico-empíricas sobre outras comunidades amazônicas indígenas sob a percepção da Ciência da Informação Ciência Aberta.
Palavras-chave: ciência aberta; mediação da informação; povos indígenas; biblioteca universitária; justiça cognitiva.

Abstract: Contemporary discussions on Open Science highlight the need to broaden the participation of historically under-represented groups in the production, circulation and validation of knowledge. In this context, this study investigates how institutional practices and outreach activities in university libraries promote intercultural mediation and the valorisation of indigenous knowledge within the academic environment. A qualitative approach of a descriptive-exploratory nature was adopted, based on a collective and instrumental case study, focusing on the activities led by indigenous people during the 5th Book and Library Week at the Federal Rural University of the Amazon. The procedures involved triangulation through bibliographic and documentary research and direct observation, with content analysis of the data. The interpretation was organised around two themes: orality and communicative acts of resistance; and material culture as a decolonial source of information. The results indicate that the presence of communities from the Aruã, Arawá, Tembé, Galibi Marworno and Tupinambá ethnic groups, combined with the exhibition of their handicrafts, increased the visibility of graphic representations, artefacts and orality as legitimate expressions of memory, identity and knowledge. It was observed that the library served as an effective space for mediation, fostering dialogue between academia and traditional knowledge in line with Open Science, cognitive justice and ethnic and racial equality. It is concluded that such initiatives strengthen inclusive information practices and contribute to the preservation of ancestral knowledge. It is recommended that theoretical and empirical research be expanded to include other indigenous communities in the Amazon, from the perspective of Information Science and Open Science.
Keywords: open science; information mediation; indigenous people; university library; cognitive justice.

1 INTRODUÇÃO

A ciência cidadã consolida-se como eixo da Ciência Aberta ao promover a participação ativa dos cidadãos na produção científica. No âmbito do GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), essa abordagem assume caráter político, acadêmico e emancipatório, garantindo o protagonismo de povos originários e comunidades tradicionais indígenas na validação do saber e rompendo com a lógica eurocêntrica excludente. Nesse cenário, as Bibliotecas Universitárias (BUs) atuam como espaços estratégicos de mediação sociocultural e étnica, articulando ciência cidadã, conhecimento aberto e inclusão social.

A V Semana do Livro e da Biblioteca da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)[1] materializou esses princípios na Amazônia Legal ao integrar saberes indígenas em espaço acadêmico. A participação ativa dessas comunidades em palestras e exposições

[1] UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **V Semana do livro e da biblioteca da UFRA reforça compromisso com sustentabilidade e cidadania**. Belém: UFRA, 2025. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4009. Acesso em: 16 jun. 2026.

fortaleceu a visibilidade de expressões epistêmicas historicamente silenciadas e promoveu o intercâmbio entre a academia e os povos originários, valorizando os aspectos étnicos e regionais.

A iniciativa evidencia a aplicação prática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, com foco na educação inclusiva, redução de desigualdades, igualdade étnico-racial e proteção dos direitos indígenas, demonstrando que as BUs podem transcender suas funções tradicionais para promover a justiça cognitiva e o pluralismo cultural.

Diante desse contexto, o problema central que orienta esta investigação consiste em compreender: como as práticas extensionistas culturais desenvolvidas em BUs podem constituir espaços de mediação intercultural e de visibilização de formas indígenas de produção, transmissão e circulação de conhecimento?

Para responder essa questão, o objetivo do estudo é analisar de que modo as atividades com protagonismos indígena realizadas durante a V Semana do Livro e da Biblioteca da Biblioteca Universitária Lourenço José Tavares Vieira da Silva (BULJTVS) contribuíram para a construção de espaços de diálogo intercultural entre os conhecimentos acadêmico e saberes tradicionais indígenas. O artigo está estruturado em cinco partes essenciais: a introdução que contextualiza a ciência cidadã e define o problema e o objetivo da pesquisa; o referencial teórico, que fundamenta as discussões sobre ciência aberta, mediação e epistemologias decoloniais contra o neoextrativismo epistêmico; os procedimentos metodológicos, onde se detalha como a pesquisa foi conduzida: abordagem qualitativa, estudo de caso fundamentada na triangulação de fontes e na análise de conteúdo; a seção de resultados e discussão, que examina empiricamente as palestras e mostra a matriz de artesanatos dos cinco grupos étnicos; e as considerações finais, que sintetizam os impactos do estudo e defende a necessidade de expandir pesquisas sobre os saberes de outros povos indígenas que habitam a Amazônia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica conecta a abertura científica global à urgência da justiça cognitiva na Ciência da Informação (CI). Nesse contexto, a ciência aberta é um imperativo político voltado à ampliação do acesso, da transparência e da participação social nos processos de produção do conhecimento (UNESCO, 2021), permitindo que a ciência cidadã

redefina o fazer científico e inclua cidadãos e povos originários como sujeitos ativos (Albagli; Rocha, 2025; Bonney; Phillips; Ballard; Enck, 2016).

Sob a perspectiva da CI, essa ampliação da participação social demanda compreender a informação não apenas como recurso técnico ou documental, mas como fenômeno social, cultural e político. Nesse sentido, González de Gómez (2012; 2013) destaca que os regimes de informação estruturam relações de poder que definem quais conhecimentos são legitimados, preservados e disseminados pelas instituições. Historicamente, tais regimes privilegiaram epistemologias eurocentradas, relegando os conhecimentos indígenas e tradicionais a posições periféricas nos sistemas formais de organização do conhecimento.

No âmbito das BUs, a mediação da informação assume papel central. Para Almeida Júnior (2009; 2015), a mediação da informação corresponde a toda ação de interferência realizada por profissionais ou instituições que possibilita a apropriação da informação pelos sujeitos. Trata-se de um processo necessariamente social e político, que não se restringe ao acesso aos documentos, mas envolve a construção de sentidos, a valorização das experiências e o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos informacionais.

Nessa perspectiva, as BUs podem ser compreendidas como espaços de mediação intercultural, capazes de promover encontros entre diferentes sistemas de conhecimento. Conforme argumenta Freire (2007), a inclusão informacional ultrapassa a dimensão tecnológica e envolve o reconhecimento das diversidades culturais, cognitivas e sociais presentes nos processos de produção e compartilhamento da informação. Assim, incorporar saberes indígenas em atividades acadêmicas significa ampliar as condições de participação desses grupos nos fluxos informacionais e científicos.

Ao dialogar com as epistemologias do Sul global a CI é convocada a rever seus próprios instrumentos de representação, classificação e validação dos saberes (Santos, 2018). Conforme argumentam Moraes Junior, Jathiati Parkatejê e Oliveira (2022), a valorização dos conhecimentos indígenas exige a construção de práticas informacionais capazes de enfrentar o epistemicídio e o neoextrativismo epistêmico. Dessa forma, as BUs podem atuar como espaços de justiça cognitiva, promovendo a coexistência entre diferentes formas de conhecimento e contribuindo para a democratização da ciência na Amazônia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritivo-exploratória (Minayo, 2012), por buscar compreender os sentidos atribuídos às práticas de mediação, à oralidade e a cultura material indígena no contexto de uma experiência institucional específica. Fundamentada no método do estudo de caso coletivo e instrumental (Stake, 2005; Yin, 2015) para investigar práticas de ciência cidadã e inclusão étnico-racial no ambiente universitário. O estudo foi desenvolvido a partir de um estudo de caso coletivo e instrumental, tomando como cenário a V Semana do Livro e da Biblioteca.

O Evento ocorreu entre 20 a 31 de outubro de 2025, no âmbito da BULJTVS da UFRA, e envolveu atividades presenciais e digitais. Para fins desta pesquisa, foram selecionadas as atividades que contaram diretamente com a participação de representantes indígenas, os quais apresentaram conteúdos relacionados à expressão, à transmissão e à materialização de conhecimentos indígenas.

A seleção do *corpus* ocorreu por critério de relevância temática, ou seja, considerando-se a totalidade das atividades da programação foram analisadas apenas as ações que tiveram participação direta de representantes indígenas como as exposições de artesanato indígena e os registros orais e visuais.

Desse modo, o *corpus* empírico foi constituído por três palestras ministradas por povos indígenas das etnias Arawá e Tembé; artesanatos dos povos Aruã, Tembé, Galibi Marworno, Tupinambá e Arawá; e por registros audiovisuais das palestras e dos artesanatos.

A produção dos dados ocorreu por meio da triangulação de diferentes fontes (Yin, 2015): pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação direta das atividades.

1. Pesquisa bibliográfica sistemática: foi realizada pesquisa em bases de dados da área de Ciência da Informação sobre ciência cidadã, ciência aberta, mediação da informação, cultura indígena e epistemologias decoloniais. Foi utilizada para fundamentar as discussões sobre Ciência Aberta, Ciência Cidadã, mediação da informação, justiça cognitiva, epistemologias do sul global e conhecimentos tradicionais indígenas;
2. Pesquisa documental: contemplou registros audiovisuais das palestras e fotografias dos artesanatos produzidos dentro da programação da V Semana do Livro e da Biblioteca;

3. Observação direta: acompanhamento das atividades presenciais durante o evento com análise minuciosa das características dos artesanatos e das falas dos indígenas explicando como foi confeccionada cada peça exposta. Também foi realizada a análise de conteúdo das palestras.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), desenvolvida em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Na pré-análise, procedeu-se à organização do corpus e à identificação dos materiais pertinentes aos objetos da investigação. Na etapa de exploração, foram realizadas análises dos registros documentais, audiovisuais e da oralidade dos indígenas que descreveram seus artefatos, buscando identificar unidades de sentido relacionadas às formas de expressão, transmissão e registro dos conhecimentos indígenas.

Em seguida, os materiais foram submetidos à codificação temática, buscando identificar recorrências discursivas, elementos simbólicos e práticas de mediação informacional. Por fim, os dados foram interpretados à luz dos referenciais da CI, Ciência Aberta e das discussões epistemológicas do sul global.

A construção das categorias analíticas ocorreu por um movimento predominantemente indutivo, articulado ao referencial teórico adotado. Inicialmente, foram identificadas recorrências relacionadas à afirmação identitária, à língua, à memória, à ancestralidade, ao grafismo e aos artefatos culturais. Posteriormente, essas recorrências foram agrupadas à luz das discussões sobre mediação da informação, justiça cognitiva, epistemologia do sul e pluralidade dos regimes de conhecimento.

Desse processo duas categorias analíticas foram utilizadas combinando referenciais teóricos e evidências do corpus empírico, resultando em dois eixos interpretativos: (a) Oralidade e atos comunicativos de resistência, voltada à análise das falas das lideranças indígenas e dos sentidos relacionados à identidade, à língua, à memória e à afirmação cultural; e (b) Cultura material como fonte informacional decolonial, dedicado à interpretação dos artefatos, grafismo e objetos como expressões de memória, identidade, ancestralidade e circulação de conhecimentos.

A adoção dessas categorias não pressupõe que os conhecimentos indígenas possam ser reduzidos aos instrumentos classificatórios da pesquisa científica. As categorias

constituem, portanto, recursos empregados pelos pesquisadores para interpretar o material empírico, entendendo-se que os conhecimentos e as práticas culturais possuem sentidos próprios nos contextos sociais e culturais em que são produzidos.

Por tratar-se de um estudo de caso circunscrito a uma experiência institucional específica, os resultados não possuem pretensão de generalização científica. Busca-se, entretanto, produzir uma compreensão contextualizada sobre possibilidades e os limites da atuação das BUs como espaços de mediação intercultural e de diálogo entre diferentes formas de produção e circulação de conhecimento.

Do ponto de vista ético, a pesquisa foi desenvolvida a partir de ações realizadas em evento público com a utilização de materiais audiovisuais e da oralidade produzidos no contexto da programação, entretanto, o caráter público das manifestações não foi tomado como justificativa suficiente para a apropriação irrestrita das falas, imagens ou conhecimentos compartilhados pelos povos indígenas.

Considerou-se que os conhecimentos indígenas possuem vínculos coletivos, territoriais, culturais e históricos que ultrapassam a dimensão individual. Por essa razão, a análise buscou evitar a retirada das falas e das práticas de seus contextos de enunciação, bem como interpretações que atribuíssem aos conhecimentos tradicionais sentidos não expressos por estes.

A identificação das etnias indígenas foi mantida exclusivamente nos casos em que sua participação ocorreu publicamente no âmbito da programação institucional e em associação às atividades por estes apresentados. Essa escolha buscou reconhecer a autoria e o protagonismo, sem transformar a identificação individual como generalização ou apropriação de conhecimentos pertencentes às comunidades e aos contextos coletivos de origem.

As interpretações apresentadas no estudo devem, portanto, ser compreendidas como leituras acadêmicas situadas dentro de uma experiência institucional específica, não representando a totalidade dos conhecimentos, perspectivas ou posições dos povos indígenas como um todo.

Do mesmo modo, os artefatos e as expressões culturais analisados não são tratados como recursos livremente apropriáveis, mas como manifestações vinculadas a contextos sociais, culturais e históricos específicos.

Essa precaução ética é particularmente importante para evitar práticas de neoextrativismo epistêmico, isto é, processos em que conhecimentos de grupos historicamente subalternizados são incorporados ao contexto acadêmico sem a devida consideração de autoria, contexto, governança e reconhecimento dos sujeitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados da V Semana do Livro e da Biblioteca BULJTVS evidencia que ações de extensão e gestão cultural desenvolvidas no contexto das BUs se constituem em oportunidades de mediação intercultural e de ampliação da visibilidade de diferentes formas de produção e transmissão de conhecimentos. O evento multicampi e híbrido incorporou a participação direta de representantes indígenas em atividades acadêmicas e culturais, possibilitando que experiências, narrativas e práticas culturais fossem apresentadas pelos próprios indígenas.

A participação de representantes indígenas não é compreendida, neste estudo, como mera presença simbólica. A realização das palestras e a apresentação de expressões culturais permitiram que determinados conhecimentos e experiências fossem enunciados a partir das perspectivas dos próprios participantes.

Assim, mais do que afirmar a existência de uma cocriação plena do conhecimento, os dados permitem identificar a constituição de um espaço institucional de interlocução e participação, ainda que essa experiência permaneça restrita ao contexto acadêmico e não elimine as assimetrias históricas existentes entre os diferentes sistemas de conhecimento.

Nesse sentido, a experiência analisada sugere que as BUs podem ampliar sua atuação como espaço de mediação intercultural, desde que a participação dos sujeitos não se restrinja à representação simbólica e que sejam consideradas as condições de autoria, reconhecimento, contexto e autonomia dos conhecimentos compartilhados.

No eixo dos atos comunicativos e da oralidade (Categoria A), três palestras proferidas por indígenas foram fontes de informação para a captação dos conhecimentos tradicionais desses povos (Irwin, 1995), fomentando reflexões alinhadas às diretrizes da Unesco (2021) e da na ciência aberta:

- “A luta pela identidade indígena no Marajó”, por Carlos Monteiro (etnia Aruã, Comunidade Cajuúna/Soure);

- “O que fazer quando crianças, jovens e adultos não falam a língua materna?”, por Adelson Tembé (etnia Tembé, Comunidade Sussuarana/Paragominas);
- “Iconografia Marajoara: pintura corporal do povo indígena Aruã”, por Carla Silva (etnia Aruã, Comunidade Cajuúna/Soure).

As três palestras analisadas evidenciam temas relacionados à luta pela identidade indígena, aos desafios da revitalização linguística e às expressões da iconografia e da pintura corporal. As narrativas apresentadas permitiram observar como a oralidade pode constituir uma dimensão fundamental na transmissão de experiências, memórias e conhecimentos.

A partir do material analisado, identificam-se manifestações que podem ser interpretadas, à luz do referencial das epistemologias do sul global e da justiça cognitiva (Albagli; Rocha, 2025), como formas de afirmação identitária e de resistência às dinâmicas históricas de silenciamento dos conhecimentos indígenas.

Ao analisar o conteúdo das palestras, constatou-se que durante os diálogos não foi evidenciada a concepção de predomínio do conhecimento científico sobre o conhecimento indígena. Afirmando-se que deve haver a coexistência entre ambos, respeitando os diferentes regimes de produção e transmissão. Desse modo, deve-se valorizar os saberes indígenas.

Nesse sentido, a experiência analisada sugere que a presença de representantes indígenas em espaços acadêmicos pode ampliar as possibilidades de interlocução entre diferentes sistemas de conhecimento. Entretanto, essa aproximação não elimina automaticamente as assimetrias epistêmicas e institucionais existentes, o que exige atenção contínua às condições de participação, autoria e reconhecimento dos povos indígenas.

Paralelamente, as evidências da Categoria B revelaram que a exposição do artesanato tradicional de cinco grupos étnicos transmutou a cultura material em fontes informacionais decoloniais:

- **Povo Aruã**: Grafismos geométricos, argilas e sementes do Marajó, operando como suportes de registro de memória coletiva e cosmologia (Vidal, 1992; Gallois, 2005).
- **Família Linguística Arawá (Jarawara, Jamamadi, Paumari e Kulina)**: Adornos plumários e objetos utilitários do Médio Purus que atuam como marcadores e suportes de memória (Vidal, 1992; Gallois, 2005).

- **Etnia Tembé**: Cocares e braceletes de sementes da Comunidade Sussuarana, cujos grafismos estruturados funcionam como linguagem estética, social e de resistência (Moraes Junior; Jathiati Parkatejê; Oliveira, 2022).
- **Galibi Marworno**: grafismos estruturados em seus artesanatos que operam como linguagem estética e social (Vidal, 1992; Gallois, 2005).
- **Povo Tupinambá**: Uso de madeiras, palhas, fibras, penas, conchas e argila, demonstrando a biodiversidade amazônica (Santos (2018) e Albagli e Rocha (2025).

O quadro 1 faz um resumo de como o artesanato de cinco povos indígenas da Amazônia serve como forma de registrar conhecimento, história e cultura. Este está dividido em cinco partes:

Quadro 1 – Matriz semiótica, tipológica e ecológica da cultura material (Categoria B)

Grupo étnico e território	Matérias e características identificadas no corpus	Tipologia dos artefatos expostos	Dimensão informacional, cosmológica e de decolonialidade	Suporte teórico consolidado
Povo Aruã ***(Arquipélago do Marajó/PA)***	Argila local, fibras nativas, sementes amazônicas e pigmentos minerais.	instrumentos musicais, adornos corporais e padrões de pintura corporal.	Releitura da iconografia marajoara; grafismos geométricos rituais operando como suportes de memória coletiva e afirmação identitária contemporânea.	Vidal (1992); Gallois (2005).
Família Linguística Arawá ***(Jarawara, Jamamadi, Paumari e Kulina - Médio Purus/AM)***	Sementes de tucumã e jarina, dentes, ossos, palha de buriti e ornamentos plumários.	Braceletes, colares longos e padrões de pintura corporal.	Tecnologia cultural indissociável do manejo ecológico do Purus; artefatos funcionam como marcadores sociais de idade, gênero, ritos de passagem e cura cosmopolítica.	Galvão (1979); Santos e Aparício (2016).
Etnia Tembé (Tenetehara) ***(Comunidade Sussuarana - Paragominas/ PA)***	Sementes nativas diversas, cipós regionais, fios de algodão e penas.	Braceletes, colares longos e adornos plumários.	Articulação entre ecologia e espiritualidade; o artesanato atua como dispositivo de resistência territorial e histórica contra pressões do	Moraes Junior, Jathiati Parkatejê e Oliveira. (2022)

			entorno e geração de renda sustentável.	
Povo Galibi Marworno *(T.I. Uaçá - Oiapoque/AP)*	Sementes locais, miçangas comerciais (rede de intercâmbio), fibras resistentes e cuias.	Cubulias desenhadas, colares de miçanga e braceletes.	Linguagem visual geométrica complexa; redes históricas de intercâmbio material e demarcação da identidade étnica em contexto amazônico.	Vidal (1992); Gallois (2005).
Povo Tupinambá *(Mairi, Marajó e Baixo Amazonas/PA)*	Madeiras nobres, palha de guarumã, fibras vegetais, argila, conchas e penas.	braceletes, colares longos e adornos plumários.	Cultura material como ferramenta de "reexistência" e etnogênese; codificação da biodiversidade em tecnologia tradicional para legitimação de direitos e conexão espiritual.	Santos (2018); Albagli e Rocha (2025).

Fonte: As autoras a partir dos dados da pesquisa (2026).

Ao fomentar essas manifestações na BULJTVS, a instituição contribuiu para mitigar o neoextrativismo epistêmico, proporcionando o protagonismo e governança aos povos originários. Longe de serem meros adornos estéticos, os artefatos foram validados como fonte de informação que dialogam com os conhecimentos tradicionais (Albagli; Rocha, 2025; Santos, 2018).

As fotografias de 1 a 5 ilustram a materialização da cultura indígena como fonte informacional decolonial e espaço de mediação intercultural. Por meio da exposição de artefatos das etnias Aruã, Arawá, Tembé, Galibi Marworno e Tupinambá, as fotografias corroboram a premissa de que a cultura material: composta por grafismos, adornos plumários, argila e fibras naturais, funciona como fonte de informação que propicia identidade e a perpetuidade dos conhecimentos ancestrais, transcendendo o caráter puramente estético.

Figura 1 - Pintura e artesanato indígena da etnia Aruã



Fonte: Biblioteca UFRA (2025).

Figura 2 - Artesanato indígena da etnia Arawá



Fonte: Biblioteca UFRA (2025).

Fotografia 3 - Artesanato indígena da Etnia Tembé



Fonte: Biblioteca UFRA (2025).

Figura 4 - Artesanato indígena da etnia Galibi Marworno



Fonte: Biblioteca UFRA (2025).

Figura 5 - Etnia Tupinambá e seu artesanato



Fonte: Biblioteca UFRA (2025).

Portanto, os resultados ratificam que a atuação decolonial das BUs na Amazônia exige o reconhecimento da pluralidade de fontes informacionais e a garantia de espaços de diálogo intercultural, consolidando a justiça cognitiva contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre CI, Ciência Cidadã, Ciência Aberta onde a decolonialidade democratiza a produção científica promovendo justiça cognitiva e soberania informacional. Na Amazônia, integrar cidadãos, povos originários e comunidades tradicionais no ciclo de dados é urgente para a conservação da biodiversidade e gestão territorial. O desafio estrutural

é superar o neoextrativismo epistêmico, que indexa saberes e cultura material sem governança compartilhada, salvaguarda de direitos ou retorno à autodeterminação das comunidades.

O estudo analisou uma experiência desenvolvida no âmbito da V Semana do Livro e da Biblioteca da Universidade Federal Rural da Amazônia, buscando compreender de que modo atividades com protagonismo indígena realizadas em uma BU podem constituir espaços de mediação intercultural e de visibilização de diferentes formas de produção, transmissão e circulação do conhecimento.

Os resultados permitem observar que as palestras ministradas por representantes indígenas e a apresentação de diferentes expressões da cultura material ampliaram as possibilidades de interlocução entre conhecimentos acadêmicos e saberes indígenas no contexto institucional investigado. A oralidade, os grafismos, os artefatos e as narrativas apresentadas durante o evento foram interpretados como expressões vinculadas à memória, à identidade, à ancestralidade e às formas culturalmente situadas de transmissão de conhecimentos.

A análise também indica que a BU pode ampliar sua atuação para além das funções tradicionalmente associadas à organização e ao acesso à informação, constituindo-se como espaço de mediação intercultural. Contudo, essa possibilidade não deve ser compreendida como simples incorporação dos conhecimentos indígenas aos modelos institucionais de produção científica. O reconhecimento da pluralidade epistemológica exige atenção às condições de participação, autoria, autonomia, contexto e governança dos conhecimentos compartilhados.

A experiência investigada não permite generalizações sobre todas as BUs ou sobre a diversidade dos povos indígenas. Entretanto, o estudo oferece elementos para refletir sobre práticas institucionais que favoreçam formas mais plurais de participação e interlocução nos ambientes acadêmicos. Assim, os resultados sugerem que iniciativas dessa natureza podem contribuir para ampliar a visibilidade de conhecimentos historicamente marginalizados e para problematizar os critérios pelos quais determinados saberes são reconhecidos, registrados e legitimados nas instituições acadêmicas.

Dessa forma, mais do que afirmar que a experiência analisada tenha comprovado um modelo de atuação, o estudo evidencia uma experiência situada que oferece possibilidades

de reflexão sobre o papel das BUs na promoção do diálogo intercultural, da justiça cognitiva e do reconhecimento da pluralidade das formas de conhecimento na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; ROCHA, Luana. Ciência cidadã: um conceito polissêmico. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 1-8, 2025. DOI: https://doi.org/10.70525/2024.16. Acesso em: 16 jun. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BONNEY, Rick; PHILLIPS, Tina B.; BALLARD, Heidi; ENCK, Jody. Can citizen science enhance public understanding of science? **Public Understanding of Science**, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 2-16, 2016. DOI: https://doi.org/10.1177/0963662515607406. Acesso em: 16 jun. 2026.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 36, n. 2, p. 58-67, 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/17920. Acesso em: 19 jun. 2026.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Redes de relações nas Guianas**: os povos indígenas no Oiapoque. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2005.

GALVÃO, Eduardo. **Arte indígena brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 19 jun. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: https://pbcib.com/pbcib/article/view/17746. Acesso em: 19 jun. 2026.

IRWIN, Alan. **Citizen science**: a study of people, expertise and sustainable development. London: Routledge, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000300007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 8 nov. 2026.

MORAES JUNIOR, Henrique; JATHIATI PARKATEJÊ, Kôkôixumti Tembé; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. O povo Tembé Tenetehara: história de resistência, (re)existência, luta e poder na Amazônia paraense. **Revista da FAEEBA**: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 30, n. 67, p. 177-193, 2022. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/14566. Acesso em: 05 nov. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

STAKE, Robert. Estudos de caso qualitativos. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **Manual Sage de pesquisa qualitativa**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. p. 443-466.

UNESCO. **Recomendações da UNESCO sobre ciência aberta**. Paris: UNESCO, 2021.

VIDAL, Lux (org.). **Grafismo indígena**: estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; EDUSP, 1992.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.